ISSN: 2358-8829

PROJETO “DANÇAR É VIVER”: VIVÊNCIAS CORPORAIS DE MULHERES EM ARAGUAÍNA-TO

Rosária Helena Ruiz Nakashima [1]
Cristina Vieira da Costa [2]

INTRODUÇÃO

Nas cidades brasileiras, o direito ao lazer, à expressão artística e ao cuidado de si distribui-se de forma desigual no espaço. Em uma sociedade organizada pela lógica capitalista, apenas uma parcela restrita da população desfruta de múltiplas territorialidades, isto é, transita livremente e acessa diferentes espaços de trabalho, convivência e fruição cultural. Para Haesbaert (2006), nesse contexto os territórios podem converter-se em instrumentos de alienação, segregação e opressão, na medida em que referências tradicionais são desarticuladas e se constroem multiterritorialidades excludentes, acessíveis a poucos. O acesso às aulas de dança ilustra bem esse quadro: em geral oferecidas por escolas privadas, mediante mensalidades, elas permanecem distantes de mulheres de bairros periféricos, para quem o custo, a distância, a jornada de trabalho e a sobrecarga de cuidados com a casa e a família operam como barreiras concretas.

É nesse cenário que se insere o projeto de extensão “Dançar é Viver!”, desenvolvido na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), câmpus de Araguaína, com financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX-Norte), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex). Desde o segundo semestre de 2025, o projeto realiza encontros semanais de dança e vivências corporais com mulheres de dois coletivos comunitários da cidade: a Associação de Mulheres do Setor Tiúba e o grupo de mulheres “Alfabetização e Interatividade”, do Setor JK. Inspirada nos princípios da Biodança e da educação popular, a proposta busca estimular a autoestima, a expressão corporal, a integração afetiva e o senso de pertencimento; investigar os efeitos da dança na saúde mental e na qualidade de vida das

[1] Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), coordenadora do projeto “Dançar é Viver!”, rosaria.nakashima@ufnt.edu.br
[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), crisvcosta1@gmail.com

ISSN: 2358-8829

participantes; e fortalecer a presença social da universidade em comunidades urbanas de Araguaína.

A relevância de estudar essa experiência decorre de três aspectos: a lacuna de espaços públicos de lazer apontada pelas próprias participantes, que, no Setor Tiúba, reconhecem o projeto como o único espaço de convivência do bairro; a necessidade de dar visibilidade a mulheres cujas trajetórias são atravessadas pela sobrecarga de trabalho e de cuidado, bem como às lideranças que sustentam associações comunitárias; e a produção de conhecimento sobre a extensão universitária como prática dialógica e indissociável do ensino e da pesquisa, já que o projeto acolhe uma pesquisa de doutorado, em andamento, do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) e contribui para a formação de licenciandos.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar as contribuições do projeto "Dançar é Viver!" para a promoção de territórios inclusivos e seus impactos na saúde e no bem-estar das participantes. A questão que orienta a análise pode ser assim formulada: de que modo a prática coletiva da dança, realizada em espaços comunitários de bairros periféricos, constitui territórios de convivência, cuidado e pertencimento para mulheres?

Trata-se de um estudo qualitativo, fundamentado na pesquisa participante, que mobiliza observação participante, entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e documentos do projeto, examinados por meio da análise de conteúdo. Os resultados parciais indicam que o projeto se configura como um território de convivência que potencializa a saúde mental e a subjetividade feminina, convertendo a dança em instrumento de inclusão, de vínculos e de interação social, embora persistam barreiras que limitam o acesso de outras mulheres a esse território.

METODOLOGIA

A investigação adota a abordagem qualitativa, que, segundo Lüdke e André (1986), tem o ambiente natural como fonte direta de dados e se preocupa com os significados que as pessoas atribuem às suas experiências. Caracteriza-se como pesquisa participante, entendida por Silva (1991) como processo que articula a produção de conhecimento à ação junto a grupos populares, com retorno do saber produzido à comunidade. As autoras integram a equipe do projeto — como coordenadora e como

ISSN: 2358-8829

doutoranda que acompanha os encontros —, de modo que a inserção no campo compõe a própria ação extensionista.

O campo empírico compreende os dois coletivos atendidos pelo projeto em Araguaína (TO), cujas características são detalhadas no Quadro 1. O período analisado corresponde ao primeiro ciclo do projeto, de setembro de 2025 a agosto de 2026. Entre setembro de 2025 e abril de 2026 foram realizadas 26 aulas (15 no Tiúba/Palmas e 11 no JK), alcançando cerca de 30 mulheres; ao final do ciclo, aproximadamente 50 pessoas da comunidade externa haviam sido beneficiadas. A participação é livre, de modo que parte das mulheres frequenta os encontros de forma contínua e parte de forma ocasional, e filhos e netos das participantes também se juntam às aulas. A equipe executora envolveu três docentes, um técnico-administrativo, dois discentes de graduação — entre eles a bolsista do PIBEX, estudante de licenciatura — e três discentes de pós-graduação.

A produção de dados combinou quatro procedimentos: (a) observação participante dos encontros, registrada em diário de campo pela bolsista e pela doutoranda e complementada por fotografias e vídeos; (b) entrevistas semiestruturadas com as integrantes, que, conforme Lüdke e André (1986), partem de um roteiro básico, mas admitem adaptações durante a interação, e que abordaram o significado da dança, as mudanças percebidas no corpo e na saúde, as dificuldades para frequentar as aulas e as percepções sobre a condição feminina; (c) rodas de conversa com os grupos; e (d) pesquisa documental, que, segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), toma como fonte não apenas textos, mas também fotografias e vídeos — no caso, os relatórios parcial e final do projeto, os relatórios da bolsista, os registros audiovisuais do projeto e matéria institucional da UFNT.

O material foi tratado por meio da análise de conteúdo, definida por Bardin (1977, p. 31) como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, que permite não apenas descrever o conteúdo das mensagens, mas também realizar inferências sobre seus significados. Seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, emergiram quatro categorias: (1) a dança como território de convivência e pertencimento; (2) corpo, saúde e autorrecuperação; (3) a extensão em rede, para além das aulas; e (4) os desafios de acesso e permanência. As respostas à pergunta sobre o significado da dança foram ainda contabilizadas em frequências simples, de modo a sintetizar as recorrências do grupo.

ISSN: 2358-8829

As participantes foram informadas sobre os objetivos do projeto e das atividades de registro, e a utilização de imagens e falas observou a anuência das envolvidas. Os nomes das participantes foram preservados, à exceção das lideranças comunitárias cuja atuação pública é reconhecida.

REFERENCIAL TEÓRICO

Território, territorialidade e reterritorialização

O conceito de território, nas perspectivas de Raffestin (1993) e Haesbaert (2006), não se reduz ao espaço físico. Raffestin (1993) distingue espaço e território, afirmando que "o espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si" (RAFFESTIN, 1993, p. 144). O território resulta, portanto, da apropriação do espaço pelos sujeitos: é o lugar onde trabalham, empreendem esforços e estabelecem relações. Um mesmo local pode ser simples espaço para uns e território para outros; o que os diferencia é o compromisso e o vínculo que se estabelece com ele. Haesbaert (2006, p. 42), por sua vez, destaca que o território envolve, "ao mesmo tempo, a dimensão material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço", articulando dimensões políticas, econômicas e simbólico-culturais.

Das relações construídas no território emerge a territorialidade, que, para Raffestin (1993, p. 161), "se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a 'face vivida' da 'face agida' do poder". Haesbaert (2006) acrescenta que os processos usualmente descritos como desterritorialização constituem, na verdade, reterritorializações: ao deixar um território, os sujeitos constroem novos vínculos em outros lugares — noção fértil para compreender mulheres que migraram para Araguaína ou que precisam recompor seus espaços de convivência.

Se o território pode ser instrumento de segregação, ele também pode ser produzido em outra direção. Saquet (2013) defende a necessidade de territorializações mais justas, construídas com a participação das populações. É nessa chave que se compreende a criação de espaços comunitários de dança: ao reunir mulheres em torno de uma prática corporal coletiva, fomentam-se processos de apropriação e de pertencimento que caracterizam o território vivido.

ISSN: 2358-8829

Corpo, gênero e autorrecuperação

As vivências corporais das mulheres participantes não podem ser dissociadas das relações de gênero que organizam seu cotidiano. Anzaldúa (2000), ao escrever às mulheres do Terceiro Mundo, evidencia como a sobrecarga de tarefas restringe o tempo e o espaço que as mulheres têm para si — a própria autora relata ter escrito, muitas vezes, no banheiro. A autora também denuncia a desqualificação da palavra feminina:

> Bocuda, respondona, fofoqueira, boca-grande, questionadora, leva-e-traz são todos signos para quem é malcriada. Na minha cultura, todas essas palavras são depreciativas se aplicadas a mulheres – eu nunca as ouvi aplicadas a homens (Anzaldúa, 2009, p. 306).

Essa desqualificação ajuda a compreender por que tantas mulheres aprendem a "aguentar caladas". Em uma sociedade capitalista e patriarcal, muitas cuidam de todos, mas raramente dispõem de tempo para cuidar de si. Diante de cenários de dominação, bell hooks (2019) propõe a noção de autorrecuperação: "Nós nos opomos a essa violação, essa desumanização, quando buscamos autorrecuperação, quando trabalhamos para reunir os fragmentos do ser, para recuperar nossa história" (hooks, 2019, p. 63). Para a autora, a autorrecuperação é o processo pelo qual a pessoa oprimida experimenta uma nova relação consigo e com o mundo, e a linguagem constitui um de seus campos de luta: "Nossas palavras não são sem sentido. Elas são uma ação — uma resistência" (hooks, 2019, p. 59). Criar espaços de escuta, em que as mulheres falam a partir de sua própria linguagem, é, nessa perspectiva, um gesto político.

Dança e educação popular na extensão universitária

A fundamentação pedagógica do projeto inspira-se na Biodança, sistema criado por Rolando Toro Araneda que integra saberes da Psicologia, da Biologia e das Artes e utiliza a música, o movimento e os encontros em grupo para despertar potencialidades humanas (Góis; Ribeiro, 2008). Incluída nas Práticas Integrativas e Complementares do Sistema Único de Saúde em 2017 (Brasil, 2017), a Biodança é reconhecida como recurso de promoção da saúde integral em contextos comunitários (Bomfim, 2021), por favorecer vínculos afetivos e formas mais saudáveis de existir e de se relacionar (Góis; Ribeiro, 2008).

No contexto comunitário, essa prática dialoga com a pedagogia de Paulo Freire, para quem a libertação não se dá de forma isolada, mas em comunhão (Freire, 2017). O projeto assume a perspectiva da educação popular e não formal, partindo da escuta e do

ISSN: 2358-8829

respeito às histórias, aos corpos e às formas de sentir das participantes, em convergência com as diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária: interação dialógica, interdisciplinaridade, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, impacto na formação estudantil e transformação social (Forproex, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados aqui apresentados derivam da análise do material produzido no primeiro ciclo do projeto e estão organizados nas quatro categorias anunciadas na metodologia. Antes de apresentá-las, o Quadro 1 sintetiza as características dos dois grupos e as adaptações pedagógicas realizadas pela equipe, aspecto que atravessa todas as categorias.

Quadro 1 – Características dos grupos e adaptações pedagógicas do projeto "Dançar é Viver!"

Aspecto	Setor JK	Setor Tiúba
Faixa etária	40 a mais de 70 anos	20 a 65 anos
Perfil inicial	Comunicativas, entusiasmadas e proativas; recepção imediata	Inicialmente tímidas, com abertura gradual ao longo dos encontros
Espaço	Barracão compartilhado com o grupo de alfabetização; espaço restrito	Transferência do Setor Palmas para local mais ventilado no Tiúba; iluminação melhorada com recursos do projeto
Ênfase das aulas	Acolhimento, integração e valorização cultural (forró e carimbó)	Atividades mais intensas e aeróbicas; dança contemporânea com professor convidado
Adaptações	Exercícios para fortalecer os joelhos sem sobrecarga	Materiais de baixo custo: cabos de vassoura e garrafas PET com areia
Ações complementares	Roda de conversa "Redes de afeto"; intercâmbio com a Licenciatura em História; ação "Rio Lontra Vivo"	Apoio a feiras e bazares da associação; elaboração de propostas para editais

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos relatórios parcial e final do projeto e do relatório da bolsista (2026).

A dança como território de convivência e pertencimento

A primeira categoria evidencia que o projeto ocupa uma função social que extrapola a prática corporal. No Setor Tiúba, as participantes identificam os encontros como o único espaço de convivência disponível no bairro, o que indica que a iniciativa vem preenchendo uma lacuna de políticas públicas de lazer. Essa função vai ao encontro do que Saquet (2013) define como territorializações mais justas, contrapondo-se à lógica que exclui populações vulneráveis do acesso a bens culturais e práticas de cuidado.

ISSN: 2358-8829

A constituição desse território, contudo, não foi imediata. No Tiúba, o grupo inicialmente tímido abriu-se após a mudança para um local mais ventilado, cuja iluminação foi melhorada com recursos do projeto. A equipe registrou que o ambiente físico interferiu diretamente na adesão, o que reforça a indissociabilidade entre as dimensões material e simbólica do território (Haesbaert, 2006): para ser apropriado, o espaço precisou tornar-se habitável e acolhedor.

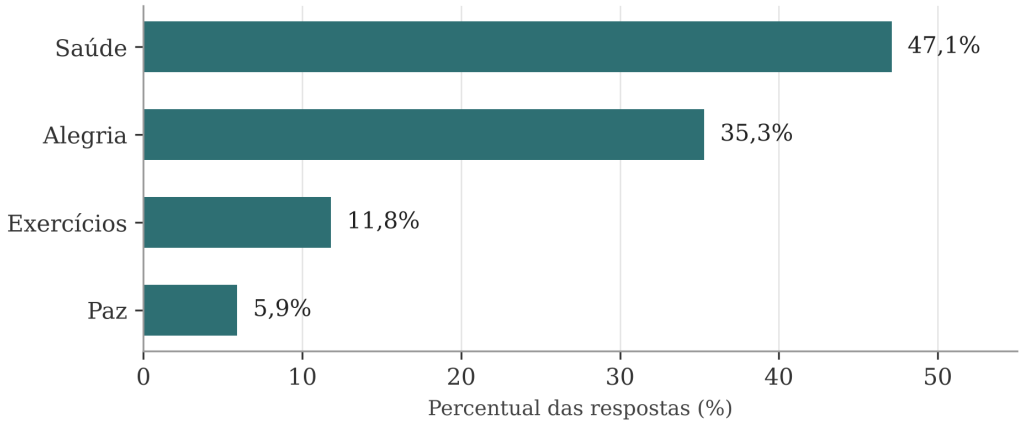
No Setor JK, o barracão onde funcionavam as aulas de alfabetização já era, para aquelas mulheres, um território no sentido de Raffestin (1993): um lugar apropriado, onde se relacionavam e se sentiam pertencentes. Com o encerramento dessas aulas e a continuidade dos estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em outra escola, as participantes manifestaram apreensão, o que, na leitura de Haesbaert (2006), configura um processo de reterritorialização. A permanência da dança no antigo espaço contribuiu para mantê-lo como território do coletivo, agora ressignificado como lugar de dançar e conversar; e o próprio grupo, que seguirá junto para a nova escola, constitui um território simbólico capaz de facilitar a apropriação do novo local.

A convivência no projeto revela, ainda, o caráter dinâmico da cultura, que, para Cunha (2009), se reconfigura diante de novas realidades. Participantes vindas de outras regiões trouxeram hábitos distintos que, no convívio, deram origem a uma cultura coletiva de cuidado mútuo; no JK, o forró e o carimbó — este ensinado por uma convidada paraense — produziram forte engajamento; no Tiúba, a organização por aplicativos de mensagens convive com o artesanato, as feiras e os bingos que sustentam a associação, exemplificando os processos de hibridação descritos por Canclini (2015).

Corpo, saúde e autorrecuperação

A segunda categoria reúne os efeitos percebidos da prática sobre o corpo e a saúde. Todas as participantes entrevistadas até o momento relataram alguma mudança positiva em sua saúde ou disposição após o início das aulas, e todas afirmaram sentir-se bem durante e depois dos encontros. Os registros apontam melhora na qualidade do sono, sensação de leveza física, maior disposição e redução de sintomas de estresse. Quando questionadas sobre o que a dança significa para elas, as respostas concentraram-se nas noções de saúde e alegria, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – O que a dança significa para as participantes



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados parciais das entrevistas (2026).

A predominância de "saúde" (47,1%) e "alegria" (35,3%) indica que as participantes associam a dança a uma experiência integral de bem-estar físico e emocional, em convergência com a perspectiva da Biodança (Góis; Ribeiro, 2008; Bomfim, 2021).

Tais efeitos dependeram de um trabalho pedagógico atento às singularidades de cada grupo (Quadro 1). No Tiúba, onde as participantes preferiam aulas mais intensas, a bolsista introduziu atividades aeróbicas com cabos de vassoura e garrafas PET com areia, o que ampliou a participação e trouxe resultados físicos valorizados pelas mulheres; no JK, onde muitas apresentam problemas nos joelhos, os exercícios foram adaptados para fortalecer essa região sem sobrecarregá-la. A promoção da saúde, nesse contexto, não se faz com receitas prontas, mas com a escuta de corpos que envelhecem, trabalham e carregam histórias.

A dimensão emocional da experiência aparece de modo eloquente no relato da bolsista sobre uma participante que chegou a um encontro abalada pelo falecimento recente de um amigo:

> *Com acolhimento e respeito ao seu momento, a convidei apenas para participar do aquecimento sem qualquer obrigação de continuar. Ela aceitou e em seguida permaneceu assistindo às demais atividades. Ao longo da aula, foi possível perceber uma mudança em seu semblante e aos poucos, aproximou-se do grupo, demonstrou interesse pelas atividades e aparentava estar mais leve ao final do encontro. Na aula seguinte, retornou e participou de todas as atividades normalmente (Relatório da bolsista, 2026).*

O episódio ilustra o que hooks (2019) denomina autorrecuperação: em um espaço acolhedor, a mulher pode reunir os fragmentos de si e experimentar outra relação consigo

e com o grupo. O convite sem obrigação e o respeito ao tempo de cada uma fazem da aula um lugar de cuidado, e não de desempenho, convertendo a dança em prática de saúde mental e de reconstrução da subjetividade feminina.

A extensão em rede: para além das aulas de dança

A terceira categoria mostra que o território criado pelo projeto se desdobra em redes de apoio e de visibilidade. Em 29 de maio de 2026, a Biblioteca Beira Rio, no Setor JK, sediou a roda de conversa “Redes de afeto: a força das mulheres no coletivo”, com a participação da delegada da Polícia Civil Daniela Caldas, que tratou dos tipos de violência, dos canais de denúncia e dos mecanismos legais de proteção, ressaltando que a segurança das mulheres é compromisso coletivo da sociedade e das instituições (UFNT, 2026). A atividade vinculou o fortalecimento dos laços afetivos ao enfrentamento da violência de gênero.

O projeto também atua no fortalecimento institucional das associações: a equipe elaborou propostas submetidas ao edital municipal da Lei Aldir Blanc e ao programa Centelha 3 e produziu portfólios com as trajetórias de duas lideranças comunitárias, Dona Ilza e Dona Lusia, conferindo visibilidade a mulheres que conduzem iniciativas sociais em seus bairros. Apoiou, ainda, feiras e bazares da associação do Tiúba e participou da ação ambiental “Rio Lontra Vivo”, liderada pela Sra. Ilza Rodrigues. Desenha-se, assim, uma relação de alteridade em que a universidade se engaja nas causas que as próprias mulheres definem como prioritárias.

A articulação com o ensino também se mostrou significativa. Em novembro de 2025, o projeto apoiou um intercâmbio de saberes entre as mulheres do Setor JK e estudantes da Licenciatura em História, no âmbito da Prática como Componente Curricular, evidenciando que o vínculo construído pela dança favorece o engajamento dessas mulheres em outras esferas de aprendizagem. Para a bolsista, a experiência permitiu mobilizar conhecimentos de didática e planejamento em contextos de educação não formal. Tais resultados concretizam as diretrizes de interação dialógica, impacto na formação do estudante e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Forproex, 2012).

Desafios: os corpos que ainda não chegam

A quarta categoria trata das barreiras que limitam a participação. Entre os motivos mais citados estão os problemas de saúde — boa parte do público é idosa e convive com

dores ou comorbidades — e a jornada de trabalho, cujo cansaço acumulado faz com que algumas percam o horário dos encontros; chuvas e feriados também afetaram a regularidade das aulas. A sobrecarga de trabalho e de cuidado que recai sobre os corpos femininos ecoa as barreiras ao tempo próprio apontadas por Anzaldúa (2000): o acesso ao território da dança é condicionado pela divisão sexual do trabalho.

Os relatos indicam, ainda, resistência associada a dogmas religiosos que vinculam a dança a elementos profanos, o que revela como o território simbólico é atravessado por normas morais que regulam as práticas corporais e podem operar como instrumentos de segregação (Haesbaert, 2006). O machismo aparece como fator estrutural: embora nenhuma participante tenha relatado impedimentos diretos de parceiros, a grande maioria afirmou que mulheres e homens não são tratados da mesma forma, e metade declarou já ter sofrido preconceito por ser mulher. A democratização da dança exige, portanto, mais do que a oferta gratuita de aulas: requer enfrentar as condições materiais e simbólicas que mantêm muitas mulheres fora dos espaços de lazer e de cuidado de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou as contribuições do projeto de extensão “Dançar é Viver!” para a promoção de territórios inclusivos e seus impactos na saúde e no bem-estar de mulheres em Araguaína (TO). Os dados evidenciam que o projeto não ofereceu apenas um espaço físico para a dança, mas contribuiu para a constituição de territórios (Raffestin, 1993), preenchidos por relações de afeto, cultura e compromisso social, com efeitos na saúde física e emocional que as participantes sintetizam nas palavras “saúde” e “alegria”.

Os resultados mostram também que esse território se expande em redes — enfrentamento da violência de gênero, apoio às associações, visibilidade às lideranças e formação de licenciandos —, confirmando o potencial da extensão universitária como prática dialógica e transformadora, mesmo com recursos reduzidos.

Ao mesmo tempo, o acesso a esse território permanece desigual: sobrecarga de trabalho, problemas de saúde, interdições religiosas e machismo afastam outras mulheres, o que indica a necessidade de políticas públicas intersetoriais de lazer, cultura e saúde nas periferias urbanas. Entre as limitações do estudo, destacam-se o caráter parcial dos dados e o número reduzido de entrevistadas.

Como desdobramentos, a pesquisa de doutorado vinculada ao projeto prevê entrevistas em profundidade com participantes e lideranças, com base na história oral, e o diálogo com mulheres que não aderiram às aulas, para compreender as razões desse afastamento. Conclui-se que o fortalecimento de espaços como o "Dançar é Viver!" é essencial para a democratização da dança e para a redução de desigualdades territoriais no contexto regional, permitindo que as mulheres ressignifiquem suas vivências corporais e narrem suas próprias trajetórias de vida.

Palavras-chave: Dança; Território; Mulheres; Bem-estar.

AGRADECIMENTOS

À Proex/UFNT, pelo financiamento do projeto por meio do PIBEX-Norte (editais 2025 e 2026); à bolsista Geovana Saraiva Gomes; às associações comunitárias dos setores Tiúba e JK e às suas lideranças; e a todas as mulheres que participaram do projeto.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. Como domar uma língua selvagem. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 39, p. 297-309, 2009.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Biodança como prática integrativa complementar em contexto de saúde comunitária. **Revista Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 6, n. especial, p. 107-116, dez. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/65900. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 849, de 27 de março de 2017. Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 mar. 2017.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 311-373.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima; RIBEIRO, Kelen Gomes. Biodança, saúde e qualidade de vida: uma perspectiva integral do organismo. **Revista Pensamento Biocêntrico**, Pelotas, n. 10, p. 43-65, jul./dez. 2008. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/27608/1/2008_art_cwlgois.pdf. Acesso em: 11 maio 2026.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, jul. 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. Construindo uma proposta de abordagem territorial (i)material. In: SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 157-177.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Refletindo a pesquisa participante**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS (UFNT). Projeto de extensão da UFNT fortalece redes de apoio e debate enfrentamento à violência contra as mulheres. **Portal UFNT**, Araguaína, 1 jun. 2026. Disponível em: https://ufnt.edu.br/2026/06/01/projeto-de-extensao-da-ufnt-fortalece-redes-de-apoio-e-debate-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/. Acesso em: 28 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS. **Relatório parcial da ação**: Projeto "Dançar é viver!". Coordenação: Rosária Helena Ruiz Nakashima. Araguaína: UFNT, 2026a. Documento institucional.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS. **Relatório final da ação**: Projeto "Dançar é viver!". Coordenação: Rosária Helena Ruiz Nakashima. Araguaína: UFNT, 2026b. Documento institucional.